



AS ADAPTAÇÕES NECESSÁRIAS NO CONTEXTO ESCOLAR PARA CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL

Edja Elidiany Calixto Queiroz¹
Andrea Melo da Silva Queiróz²

INTRODUÇÃO

A inclusão de alunos com deficiência visual (DV) no sistema regular de ensino vem aumentando a cada ano, ampliando, assim, a necessidade da escola de estar preparada para receber esses alunos de forma inclusiva, acolhedora e afetuosa. Segundo INEP/MEC (2019), O número de matrículas da educação especial chegou a 1,3 milhão em 2019, um aumento de 5,9% de 2018 para 2019 e de 34,4% em relação a 2015. O percentual de alunos com deficiência, autismo ou altas habilidades matriculados em classe comuns tem aumentado gradualmente para todas as etapas de ensino com a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil (1988), e com a regulamentação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/LDB, Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

As pessoas com deficiência passam a ter pleno direito de acesso e permanência no âmbito escolar, devendo ser proporcionada uma educação digna a todos os educandos. Nesse sentido, a inclusão nas escolas ganhou grandes contribuições com a Constituição Federal (1988) que caracteriza, em seu Artigo 205, a inclusão como princípio de direito das pessoas com deficiência no âmbito social e escolar:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, promovida e incentivada com a colaboração da sociedade. Visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 2013, p. 34).

O Presente trabalho tem como objetivo discutir e analisar as políticas de educação especial implantada nas salas de aula regular para os deficientes visuais, com o intuito de descrever algumas adaptações de ensino e apresentar melhorias na adaptação de crianças com deficiência visual na sala regular, diante dessa perspectiva de inclusão, a escola deve garantir a permanência e o acesso do aluno com DV nas classes regulares de ensino da mesma forma

¹ Graduada do Curso de pedagogia da Universidade ESAB - PB, edjaarthur29@gmail.com;

² Graduando pelo Curso de pedagogia da Universidade UNINASSAU - PB, dea_s.melo@hotmail.com



que assegura aos demais. Com os mesmos direitos e deveres e valorizando, acima de tudo, as diferenças de cada educando.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

O procedimento metodológico foi uma pesquisa literária através de plataformas virtuais como Google Acadêmico, artigos acadêmicos, revistas científicas, dissertações e teses, livros e documentos legais, realizada a partir de um estudo amplo do objeto de pesquisa do tema relacionado a deficiência visual, inclusão no âmbito escolar, metodologias inclusivas, que integram deficientes visuais no ensino regular, onde foram encontrados artigos entre os anos 2000 a 2020.

As adaptações necessárias no contexto escolar para crianças com deficiência visual com base em uma análise dos documentos que dão as diretrizes sobre a educação inclusiva no Brasil.

REFERENCIAL TEÓRICO

A educação inclusiva “requer um processo de transformação da escola, tanto no aspecto físico como no didático-pedagógico, para que os educando possam ter acesso e oportunidade educativa e social compatível com suas diferenças pessoais” (Mittler, 2003, p. 05). Para a Secretaria de Educação Especial algumas ações pedagógicas e devem ser norteadas por princípios específicos:

“normalização, integração e individualização, dentre outros, que devem estar interligados durante o processo de inclusão que consiste em:[...] oferecer aos portadores de necessidades especiais as mesmas condições e oportunidades sociais, educacionais e profissionais a que outras têm acesso [...] respeitando-se as características pessoais” (BRASIL, 1994, p.16).

Uma educação de qualidade deve está fundamentada “nos princípios da igualdade de direitos, independente de sua condição seja: social, emocional, física ou intelectual”. Que é um dos objetivos da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948. Ainda segundo esta declaração no artigo 26º descreve que “Toda pessoa tem direito à educação, gratuita, pelo menos no ensino elementar e fundamental” (Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948).



Para que a aprendizagem, bem como a construção do conhecimento aconteça é de fundamental importância que o educando tenha apoio dos seus familiares e do corpo docente que com ele irá construir seu processo de aprendizagem, bem como que o mesmo seja respeitado nas suas características pessoais, além de ter suas potencialidades valorizadas.

Um primeiro ponto a se pensar sobre a prática docente é a mudança de postura, exigindo desse a consideração do aluno como um sujeito da aprendizagem, capaz de pensar, construir, discordar etc. Segundo Minetto (2008, p. 19) “a educação é responsável pela socialização, que é a possibilidade de convívio, com qualidade de vida, de uma pessoa na sociedade; viabiliza, portanto, com um caráter cultural acentuado, a integração do indivíduo com o meio”.

Para Santos (2006) o professor precisa superar procedimentos como “dar” aula, que pressupõe um papel passivo ao aluno; estabelecer respostas prontas e instruções em demasia, pois estas precisam ser construídas pelos alunos. E, por outro lado, precisa buscar inovações que desafiem os alunos, que tornem a aprendizagem interessante e prazerosa. A inclusão nas escolas, mais especificamente em contexto de sala de aula, deve partir do professor, utilizando estratégias inovadoras para sua aula, fazendo com que todos os alunos tenham uma participação ativa. Diante desses fatores, Bruno (2006, p. 18) afirma que:

“a sala de aula inclusiva propõe um novo arranjo pedagógico: diferentes dinâmicas e estratégias de ensino para todos, e complementação, adaptação e suplementação curricular quando necessários. A escola, a sala de aula e as estratégias de ensino é que devem ser modificadas para que o aluno possa se desenvolver e aprender”(BRUNO, 2006, p.16).

As TA são recursos e serviços que proporcionam ou ampliam as habilidades funcionais das pessoas com necessidades especiais promovendo a independência e a inclusão (BERSCH, 2013). Podem ainda, ser compreendidas, de acordo com o Comitê de Ajuda Técnica1(CAT) (2007, p. 1).

“Uma área do conhecimento, de característica interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social” (CAT,2007, p. 1).

Sempre que um recurso puder ser utilizado pela maioria dos indivíduos (com necessidades educacionais especiais ou não) com o mesmo objetivo, tem-se um recurso educacional, como no caso do computador, que é uma ferramenta tecnológica aplicada ao



contexto educacional que garante a diversificação e a qualidade do acesso às informações. De acordo com Bersch (2013, p. 12) a tecnologia é assistiva e não educacional quando

“É utilizada por um aluno com deficiência e tem por objetivo romper barreiras sensoriais, motoras ou cognitivas que limitam/impedem seu acesso às informações ou limitam/impedem o registro e expressão sobre os conhecimentos adquiridos por ele; quando favorecem seu acesso e participação ativa e autônoma em projetos pedagógicos; quando possibilitam a manipulação de objetos de estudos; quando percebemos que sem este recurso tecnológico a participação ativa do aluno no desafio de aprendizagem seria restrita ou inexistente”(BERSCH, 2013,p.12).

No processo de escolarização, o Sistema Braille é o recurso fundamental para a comunicação escrita da pessoa com cegueira. É constituído por 63 sinais formados a partir da combinação de 6 pontos em relevo (OKA; NASSIF, 2010). Para a escrita do Sistema Braille podem ser utilizados a reglete (uma régua com pontos em Braille perfurados manualmente com uma punção), e a máquina Braille, manual ou elétrica, que possibilita agilidade e rapidez. Por intermédio da impressora Braille são produzidos livros contendo gráficos e ilustrações de ótima qualidade, as pessoas com cegueira podem também ter acesso à leitura por meio dos displays Braille e das impressoras em Braille.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise do referencial teórico desenvolvida anteriormente permite o desenvolvimento de algumas compreensões a respeito das discussões centrais apresentadas, relativas à inclusão do aluno com deficiência visual no contexto escolar e as práticas pedagógicas.

Segundo estudos a concepção de educação parte do princípio de que a escola é o lugar de todos (BRASIL, 2013). Onde os alunos devem se desenvolver e aprender de forma coletiva, sendo cada um atendido de acordo com as suas necessidades específicas. A Inclusão escolar deve promover aos alunos com DV melhores condições no ensino e também na estrutura física da escola com adaptações. O trabalho com a inclusão necessita ser em conjunto, sendo realizado com todos os envolvidos nesse processo, ou seja, pais, alunos e toda a comunidade escolar, possibilitando o apoio às necessidades dos alunos, compartilhando e estimulando novos conhecimentos fazendo com que o aluno se sinta valorizado e amado no ambiente escolar (BRUNO, 2006).

O processo de socialização dos alunos com relação à escola precisa ocorrer de forma positiva, onde todos da equipe educacional estejam empenhados em desenvolver um trabalho afetivo adaptando a escola às necessidades do aluno. A escola precisa propor ações significativas para os alunos. É muito importante deixar clara a função do professor no processo de ensino-aprendizagem de alunos com DV.

O professor vai organizar suas atividades com materiais necessários para que os alunos possam se desenvolver. Sendo assim, o educador deve propor atividades prazerosas e lúdicas, estimulando a interação das crianças com o meio escolar. Brasil (2001) afirma que o professor necessita deixar o aluno experimentar várias situações de aprendizagem, para que possam compreender o ambiente ao qual pertencem.

Os alunos com DV são capazes de se desenvolver pessoalmente e intelectualmente, mas para que isso ocorra é necessário que seja oferecido a eles oportunidades de aprendizagem com novas metodologias e recursos didáticos adaptados a sua deficiência. Nesse contexto, o aluno passa a perceber e a sentir o meio em que se encontra inserido, ou seja, o ambiente escolar (BRASIL, 2001a).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando as informações adquiridas na pesquisa, percebemos que a inclusão apesar de ter evoluído bastante nas escolas regulares, ainda necessita de aperfeiçoamento. É necessário que o Estado tome mais atitudes relacionadas à infraestrutura, capacitação da equipe docente e disponibilize materiais pedagógicos adequados à deficiência visual, possibilitando sua inclusão em classes regulares, para que com autonomia a criança passe a ser independente e capaz de se relacionar, conviver e exercer o seu direito de ir e vir como qualquer cidadão comum.

Somos nós, futuros professores, juntamente com o apoio da sociedade, da equipe pedagógica, das famílias, das universidades e do Governo, que devemos embarcar nessa importante jornada, para transformar e melhorar o ensino e a vida de pessoas com deficiência visual, tendo como ponto de partida um senso comum, para elaboração de projetos e metodologias que favoreçam esses alunos.

Algumas das condições essenciais e importantes citadas por Bruno (2006) que devem ser prioridades nas escolas para o processo de inclusão dos alunos com deficiência. As práticas dos professores precisam estar diretamente ligadas a essas condições, fazendo assim novas ações que contribuam para o processo de aprendizagem dos alunos com deficiência

visual. Ou seja, um trabalho em conjunto entre professor-aluno a fim de proporcionar aos alunos uma melhor aprendizagem.

Palavras-chave: Inclusão. Deficiência visual. Aprendizagem.

REFERÊNCIAS

BERSCH R. **Introdução à Tecnologia Assistida.** Centro Especializado em desenvolvimento Infantil. Porto Alegre; 2008. p.1-19.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado Federal, 1988.
BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Grafia Braille para a Língua Portuguesa.** Elaboração: Cerqueira, Jonir Bechara... [et al.]. Brasília, DF: Secretaria de Educação Especial, SEESP, 200.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica: diversidade e inclusão.** Brasília, 2013.

BRASIL. Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 dez. 1996. Disponível em URL: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>>. Acesso: 22/11/2013.

BRUNO, Marilda Moraes Garcia. **Educação infantil: saberes e práticas da inclusão.** 4 ed. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006.

CAT Comitê de Ajudas Técnicas, 2007. Ata da Reunião VII, de dezembro de 2007, Comitê de Ajudas Técnicas, Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República (CORDE/SEDH/PR). Disponível em <http://www.infoesp.net/CAT_Reuniao_VII.pdf> Acesso em 12 ago. 2015

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm

MINETTO, M.F. **O currículo na educação inclusiva: entendendo esse desafio.** 2ª ed. Curitiba: IBPEX, 2008

MITTLER Peter. **Educação Inclusiva: contextos sociais.** Porto Alegre: Artmed 2003.

OKA, M.C.; NASSIF, M.C.M. Recursos escolares para o aluno com cegueira. In: SAMPAIO, M.W et al. *Baixa visão e cegueira: os caminhos para a reabilitação, a educação e à inclusão.* Rio de Janeiro, Cultura Médica: Guanabara Koogan. 2010. p.389-414.

SANTOS, M. P.; PAULINO, M. M. **Inclusão em educação: Uma visão geral.** In: _____. *Inclusão em educação: Culturas, políticas e práticas.* São Paulo: Cortez, 2006. p. 11-15